

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: PR002510/2024
DATA DE REGISTRO NO MTE: 14/10/2024
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR057007/2024
NÚMERO DO PROCESSO: 13068.207598/2024-17
DATA DO PROTOCOLO: 09/10/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE APUCARANA, CNPJ n. 75.294.371/0001-22, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ANIVALDO RODRIGUES DA SILVA;

E

SINDICATO EMPRESARIAL DO COMERCIO VAREJISTA DE IVAIPORA, CNPJ n. 72.098.668/0001-24, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LUIS CARLOS FAVARIN;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de julho de 2024 a 30 de junho de 2026 e a data-base da categoria em 01º de julho.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **DE TRABALHADORES NO COMÉRCIO NO PLANO DA CNTC**, com abrangência territorial em **Borrazópolis/PR, Faxinal/PR e Jandaia do Sul/PR**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIOS

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/07/2024 a 30/06/2025

Assegura-se a partir de **01 de JULHO DE 2024**, aos empregados que tenham prestado serviços ao mesmo empregador por mais de **90 (noventa) dias**, os seguintes pisos salariais:

Fica estabelecida garantia de valor mínimo ao piso salarial da categoria, igual ao menor salário pago a todo trabalhador adulto, no País, por jornada integral, conforme abaixo;

- 1) Aos empregados lotados na função de **Continuos/Pacoteiros/Office Boys - R\$ 1.499,00 (um mil quatrocentos e noventa e nove reais)**.
- 2) Aos empregados lotados na função de **Auxiliar/Zeladora/Porteiro - R\$ 1.615,00 (um mil seiscentos e quinze reais)**.

- 3) Aos empregados comerciais lotados nas **Demais funções – R\$ 1.929,00 (um mil novecentos e vinte e nove reais).**
- 4) Aos empregados comerciário lotados na função de **Balconista/Vendedor /Comissionado -R\$ 1.930,00 (um mil novecentos e trinta reais).**

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/07/2024 a 30/06/2025

As empresas corrigirão os salários de seus empregados que percebam salário fixo acima do piso salarial, a partir de 1º de julho de 2022, no percentual de 5,00 %(**CINCO POR CENTO**) aplicado sobre os salários devidos no mês de julho de 2023, já reajustados na forma da convenção coletiva de trabalho anterior, compensados todos os aumentos e antecipações salariais concedidos, com exceção dos decorrentes da Instrução Normativa nº 04 do TST.

Parágrafo primeiro. Os empregados que percebem piso salarial da categoria não terão o reajuste tratado no caput, sendo que o salário dos mesmos observará o previsto na cláusula terceira.

Parágrafo segundo. Os empregados admitidos após 1º de julho de 2023, terão seus salários corrigidos proporcionalmente ao tempo de serviço, conforme tabela abaixo, observada também o disposto no parágrafo terceiro desta cláusula.

Mês de Admissão	Percentual	Mês de Admissão	Percentual
JuL/2023	5,00 %	Jan/2024	3,62 %
Ago/2023	5,00 %	Fev/2024	2,84 %
Set/2023	5,00 %	Mar/2024	1,73 %
Out/2023	4,69 %	Abr/2024	1,47 %
Nov/2023	4,52 %	Mai/2024	0,96 %
Dez/2023	4,39 %	Jun/2024	0,34 %

Parágrafo terceiro: as diferenças apuradas na aplicação do reajuste tratado na presente cláusula, serão pagas retroativamente a JULHO/2024 até o prazo máximo na elaboração da folha de pagamento do mês de OUTUBRO/2024 já devidamente corrigida.

Descontos Salariais

CLÁUSULA QUINTA - CHEQUES

Os empregados não terão descontos salariais decorrentes de valores de cheques devolvidos por insuficiência de saldo bancário e recebidos na função de caixa ou cobrança, desde que cumpridas às exigências da empresa para o recebimento e das quais tenha ciência expressa.

CLÁUSULA SEXTA - DESCONTOS

Os empregadores poderão descontar do salário de seus empregados, desde que por eles devida e expressamente autorizados, importâncias correspondentes a parcela atribuível aos obreiros relativas à planos de saúde, vales-farmácia e outros que revertam em benefício deste ou de seus dependentes.

Outras normas referentes a salários, reajustes, pagamentos e critérios para cálculo

CLÁUSULA SÉTIMA - GARANTIA DE VALOR DE SALÁRIO

Fica estabelecida a garantia de valor mínimo ao piso salarial da categoria, igual ao menor salário pago a todo trabalhador adulto, no País, por jornada integral, acrescido de 15% (quinze por cento).

CLÁUSULA OITAVA - EMPRESAS EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALIDAS

As empresas em recuperação judicial e a massa falida, que continuarem a operar e as empresas que comprovarem dificuldades econômicas poderão, previamente, negociar com a Entidade Sindical dos Empregados, condições para pagamento dos salários, índices de correção salarial e haveres rescisórios.

CLÁUSULA NONA - MENORES

É proibido admissão ao trabalho de menores mediante convênio da empresa com entidades assistenciais, sem formalização do contrato de trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA - COMISSIONISTAS

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/07/2024 a 30/06/2025

Aos empregados comissionistas se fornecerá mensalmente o valor de suas vendas, a base de cálculo para pagamento das comissões e o repouso semanal remunerado.

a) Aos empregados comissionados com mais de 90 (noventa) dias de trabalho ao mesmo empregador, caso as comissões não alcancem valor correspondente, assegura-se uma garantia salarial mínima

R\$ 1.930,00 (um mil novecentos e trinta reais) qual não se somará com as comissões devidas.

b) As comissões para efeito de cálculo de férias, 13º salário, inclusive proporcionais, indenização por tempo de serviço e aviso prévio indenizado, serão atualizadas com base no INPC - **Índice Nacional de Preços ao Consumidor**.

c) Para o cálculo do 13º salário adotar-se-á a média corrigida das comissões pagas no ano a contar de janeiro, no caso de férias indenizadas, integrais ou proporcionais, indenização e aviso prévio indenizado, adotar-se-á a média das comissões corrigidas nos 12 (doze) meses anteriores ao mês da rescisão e no caso de férias integrais será considerada a média das comissões corrigidas nos 12(doze) meses anteriores ao período de gozo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GESTANTES COMISSIONISTAS

Para o pagamento de salários correspondentes à licença maternidade, desde que o INSS aceite o regime de correção das comissões, a remuneração a ser observada corresponderá a média das comissões dos 12(doze) últimos meses, corrigidos segundo mecanismo descrito nesta cláusula. O mesmo critério será utilizado quando o empregador indenizar o período de licença maternidade independentemente de aceitação ou não pelo INSS, do cálculo pela média das comissões corrigidas.

É vedada a inclusão da parcela salarial correspondente ao repouso semanal remunerado (Lei nº 605/49) nos percentuais de comissão, o cálculo do valor do repouso semanal remunerado será feito mediante a divisão total da comissão percebida no mês pelo número de dias efetivamente trabalhado, multiplicando-se o resultado pelo número de domingos e feriados do mês correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - MORA SALARIAL

Os salários controversos, não pagos até o 5º (quinto) dia útil posterior ao seu vencimento mensal, serão reajustado mensalmente pelo INPC- Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE, ou outro índice que vier a substituí-lo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Na hipótese do atraso ser inferior a 30 (trinta) dias o reajuste será diário pelo INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor do IBGE, pro rata.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Com relação a esta cláusula não se aplica a penalidade da cláusula de PENALIDADE.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - HORAS EXTRAS

As horas extras serão pagas da forma escalonadas, com adicional de:

55% (cinquenta e cinco por cento) para a primeira 20 (vinte) horas mensais;

80% (oitenta por cento) para as excedentes de 20 (vinte) horas até 40 (quarenta) horas mensais;

100% (cem por cento) para as que ultrapassarem a 40 (quarenta) horas mensais.

Prêmios

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PRÊMIO COMISSIONADO

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/07/2024 a 30/06/2025

Todo os empregados comissionados com mais de um ano de registro, como forma de minimizar o prejuízo com as perdas inflacionárias, perceberão um bônus no valor de R\$ 152,50 (cento e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos) sem incorporação ao salário, em duas parcelas de 50% a serem pagas nos salários dos meses de dezembro/2024 e 50% no mês de março/ 2025, **referente unicamente sobre a vigência da CCT 2024/2025.**

a) Faculta-se ao empregador o pagamento do bônus em parcela única juntamente com o salário do mês **de dezembro/2024;**

b) Em ocorrendo rescisão contratual antes do recebimento do bônus tratado na presente, cláusula deverá a empresa providenciar o pagamento do saldo respectivo ou seu valor integral, conforme o caso, em rescisão contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - VALE ANIVERSÁRIO

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/07/2024 a 30/06/2025

Como forma de **bonificar o trabalhador no dia de seu aniversário**, segue as orientações.

No mês de **aniversário do trabalhador**, o empregador fará o pagamento a título de " **vale aniversário** " no **valor de R\$ 30,00 (trinta reais)**, pago junto a folha de pagamento no mês de seu aniverário.

Essa clausula abrangerá todos os trabalhadores da categoria, entrando em vigor a partir da data do registro da presente CCT junto ao sistema mediador.

Seguro de Vida

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SEGURO DE VIDA/ AUXILIO FUNERAL

Os empregadores fornecerão a todos os seus empregados, no ato de seu contrato e aos já contratados, **seguro de vida** com cobertura no valor mínimo de 10.000,00 (dez mil reais) em casos de falecimento e acidente de trabalho com invalidez permanente em relação ao trabalho, devendo constar com

serviço adicional uma assistência/auxílio funeral, com valor mínimo de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), em caso de falecimento do empregado.

Parágrafo Primeiro: O seguro será custeado integralmente pelo empregador.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CTPS

Na rescisão contratual, os empregadores deverão dar baixa na Carteira de Trabalho no prazo legal e no mesmo prazo a proceder o pagamento dos haveres devidos na quitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - RESCISÃO POR JUSTA CAUSA

No caso de denuncia do contrato por justa causa, o empregador indicará ao empregado, por escrito a falta por ele cometida. Tendo o empregado mais de um ano de registro, comunicará ao Sindicato competente no dia da homologação de rescisão, por escrito.

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AVISO PRÉVIO

Preservando vantagens instituídas em convenções coletivas de trabalho anteriores, mas assegurando a observância de condições mais benéficas fixadas na Lei nº 12.506/2011, o aviso prévio devido pelo empregador, para os empregados seguirá a Lei citada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O aviso prévio proporcional será calculado nos termos da Lei nº 12.506/2011.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O empregado que não tiver interesse no cumprimento do aviso prévio dado pelo empregador poderá liberar-se de cumpri-lo, percebendo os dias trabalhados no período, devendo a renúncia ser manifestada por escrito e com a assistência do Sindicato obreiro.

É vedado ao empregador determinar cumprir o aviso prévio em casa, exigindo-se em tal hipótese, que proceda a indenização do respectivo período.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O cumprimento pelo empregado em caso de dispensado pelo empregador, ou, do prazo de aviso prévio, nos termos do artigo 488 da CLT e de seu parágrafo único, será limitado a 30 (trinta) dias de serviço, devendo o período remanescente ser indenizado.

PARÁGRAFO QUARTO – Em caso de pedido de demissão, restringe o empregado o cumprimento de 30 dias, cumprido horário da jornada normal.

Estágio/Aprendizagem

CLÁUSULA VIGÉSIMA - ESTAGIOS

Na contratação de estagiários sem vínculo empregatício, como admitido na Lei, será pago ao estagiário, a título de bolsa-escola, o valor previsto na cláusula de pisos salariais desta Convenção Coletiva de Trabalho, na proporção das horas de sua jornada de trabalho.

§ 1º - Os estagiários contratados ficam adstritos à Lei específica, devendo a função exercida na empresa ser compatível com o curso e currículo escolar;

§ 2º - Não se admite a contratação como estagiários para o exercício das funções de pacoteiro, faxineiro, cobrador, telefonista, repositor de estoque, Office-boy e serviços gerais, ficando limitado a 90 (noventa) dias, o período de estagio nas funções de balonista e vendedor.

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

Quando o empregador admitir o empregado mediante contrato de experiência, deverá fornecer-lhe cópia do instrumento contra recibo, devidamente datado, bem com anotar na CTPS o referido contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - EMPREGADO SUBSTITUTO

O empregado admitido para a função de outro, dispensado sem justa causa, terá direito à igual salário do empregado de menor salário função, não consideradas vantagens pessoais (instrução nº 01 TST).

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - GESTANTE

A gestante gozará de garantia de emprego, ficando protegida contra a despedida arbitrária ou sem justa causa até 150 (cento e cinquenta) dias após o parto, e desde o momento em que seja confirmada a gravidez.

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - GARANTIA DO ACIDENTADO

O empregado que sofrer acidente de trabalho, conforme definido pela legislação previdenciária, gozará de garantia de emprego pelo prazo de 12 (doze) meses, nos termos da Lei nº 8.213/91, Artigo 118.

Outras normas de pessoal

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

A empresa fornecera aos empregados de envelope de pagamento ou contracheque, discriminando as importâncias da remuneração e os respectivos descontos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ANOTAÇÕES

Serão anotadas nas Carteiras de Trabalho as funções exercidas, alterações de salários e percentuais de comissão durante a vigência da Convenção Coletiva de Trabalho, bem como contrato de experiência e respectivo período de duração.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - CAIXA/PRESTAÇÃO DE CONTAS

Os empregados que na loja ou escritório atuarem na função de caixa, na recepção e pagamentos de valores, junto ao público, conferindo dinheiro, cheques, cartões de crédito e outros títulos de crédito, notas fiscais, liberando mercadorias e obrigados a prestação de contas dos interesses a seu cargo terá uma tolerância mensal máxima equivalente a 10% (dez por cento) do piso salarial. Os empregados, entretanto empregarão toda diligência na execução de seu trabalho evitando no máximo a ocorrência de prejuízos, observando estritamente as instruções do empregador.

PARÁGRAFO ÚNICO: O caixa prestará contas pessoalmente dos valores em dinheiro, cheques e outros títulos de crédito, mediante formulário que prepare e autentique. O empregador ou superior hierárquico conferirá no ato os valores em cheque, dinheiro e outros títulos, sob pena de não poder imputar ao caixa eventual deficiência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ABONO DE FALTAS- FILHOS

As empregadas terão abonadas as faltas para acompanhamento médico, de enfermidade ou tratamento à saúde de seus filhos menores, comprovados por atestado médico.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - PRORROGAÇÃO DE JORNADA

Veda-se a prorrogação de horário de trabalho aos empregados estudantes que comprovem sua situação escolar, desde que expressem o seu desinteresse pela prorrogação.

Compensação de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ACORDO COLETIVO

Fica estabelecida a possibilidade de celebração de Acordo Coletivo de Trabalho entre a Entidade Sindical dos Empregados e a Entidade Sindical dos Empregadores, para compensação ou prorrogação de jornada de trabalho, devendo o pedido ser encaminhado ao Sindicato Patronal com antecedência de 20(vinte) dias, e este remeterá ao Sindicato dos Empregados para análise e então a homologação dando ciente.

Intervalos para Descanso

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - INTERVALO

Os empregadores autorizarão, havendo condições de segurança, que seus empregados permaneçam no recinto do trabalho para gozo de intervalo para descanso (Artigo 71 da CLT). Tal situação, se efetivada não ensejará trabalho extraordinário ou remuneração correspondente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - INTERVALO DESCANÇO

Os intervalos de 15 (quinze) minutos para lanche nas empresas que observam tal critério serão computados como tempo de serviço na jornada de trabalho do empregado.

Descanso Semanal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - REPOUSO

O repouso semanal remunerado será fluido aos **domingos**. Nas atividades que por sua natureza determinem trabalho aos domingos, será garantido aos empregados repouso em pelo menos 02 (dois) domingos ao mês.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DOMINGOS E FERIADOS

É vedado trabalhos aos domingos e feriados - Salvo, negociação específica juntos aos Sindicatos.

Faltas

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - ABONO DE FALTAS

Abonar-se-ão faltas aos empregados estudantes e vestibulandos, quando comprovarem prestação de exames.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - FALTAS

As faltas não justificadas reduzirão o direito de férias conforme os **artigos 130 e 130-A** e parágrafo único da **CLT**; Perderá direito ao Descanso Semanal Remunerado o Empregado que não cumprir integralmente a jornada semanal, **conforme artigo 6º da lei 605/49, de 05/01/1949**.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CARNAVAL

Não haverá expediente e respectivo trabalho na **Terça-feira de carnaval**.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - TRABALHO APÓS AS 19:00 HORAS

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/07/2024 a 30/06/2025

Os empregados que em regime de trabalho extraordinário operar após as **19h00min (dezenove) horas, farão jus a refeição farta e sadia fornecida pelo empregador ou a um pagamento de R\$ 24,15 (VINTE E QUATRO REAIS E QUINZE CENTAVOS)**. Tal parcela terá natureza indenizatória.

As empresas liberarem os funcionários, para irem até suas casas com 01h00min (uma hora) de intervalo, ficam desabrigados a pagarem tal valor referente a refeição.

Férias e Licenças

Remuneração de Férias

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - FÉRIAS

O pagamento das férias a qualquer título, inclusive proporcionais, será acrescido com 1/3 (um terço) constitucional, aplicável o disposto no Art. 144 da CLT.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - INÍCIO DAS FÉRIAS

O início do período de gozo das férias não poderá coincidir com os sábados, domingos e ou feriados, sob pena de ser devido em dobro o pagamento correspondente a estes dia.

Licença Remunerada

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - LICENÇA

As empresas com contingente maior que 20 (vinte) empregados por estabelecimento concederão licença não remunerada aos dirigentes sindicais eleitos e no exercício de seu mandato, para participação em reuniões, conferências, congressos e simpósios, licença que será solicitada pela entidade sindical com antecedência mínima de 10 (dez) dias e por prazo não superior a 10 (dez) dias ao ano.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Uniforme

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - UNIFORMES

Quando exigido na execução dos serviços as empresas fornecerão gratuitamente aos seus empregados uniformes, fardamentos, macacões e outras peças de vestuário bem como ferramentas, equipamentos de trabalho e equipamentos individuais de proteção e segurança. Extinto ou rescindido o contrato de trabalho, deverá o empregado devolver os uniformes e equipamentos que continuam de propriedade da empresa no estado em que se encontrarem.

Outras Normas de Prevenção de Acidentes e Doenças Profissionais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - ASSENTO LOCAL DE TRABALHO

O empregador, havendo condições técnicas autorizará a utilização de assentos apropriados nos momentos de pausa no atendimento ao público. Os empregados utilizarão os assentos com decoro e serão diligentes no caso de presença de clientes.

Relações Sindicais

Acesso a Informações da Empresa

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - RELAÇÃO DE EMPREGADOS

Os contadores encaminharão à Entidade sindical dos Empregados, uma cópia de sua RAIS - Relação Anual de Informações Sociais ou outro documento equivalente contendo a relação e salários consignados na RAIS no prazo de 30 (trinta) dias das entrega do referido documento ao órgão competente, QUANDO SOLICITADO PELA ENTIDADE SINDICAL OBREIRA e que a mesma fica obrigada a manter em sigilo as informações, salvo uso necessário.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - TAXA NEGOCIAL PATRONAL

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/07/2024 a 30/06/2025

DA CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL PATRONAL As empresas que compõem a categoria econômica, associadas ou não, beneficiárias desta Convenção Coletiva de Trabalho, recolherão em favor do SINDICATO PATRONAL, numa única parcela, a título de Contribuição Assistencial (taxa negocial), para manutenção dos serviços assistenciais da entidade e em função da negociação coletiva, segundo deliberação da Assembleia Geral e conforme lhe faculta o art. 8º, inciso IV da Constituição Federal e art.

513, letras "b" e "e" da CLT, como contrapartida pecuniária face à representatividade absoluta da Entidade Patronal, de acordo com a tabela abaixo:

a) As Empresas pagarão R\$ 227,06 (Duzentos e Vinte e Sete Reais e Seis Centavos), por filial estabelecida na base do Sindicato Patronal signatário deste instrumento coletivo.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O recolhimento da contribuição deverá ser realizado por meio de depósito bancário a ser creditado em parcela única no Banco Cresol Agência 1787, Operação 003, Conta Corrente 11.280-1 ou PIX 72.098.668/0001-24, pelo CNPJ da matriz, e calculado com base na tabela acima.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A empresa deverá encaminhar o comprovante de depósito para o endereço sincomercio@gmail.com. Após o recebimento destas informações o sindicato patronal emitirá o recibo e encaminhará por e-mail se assim for solicitado.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A contribuição acima referida deve ser recolhida até 30/11/2024, sendo que após a data, as empresas inadimplentes estão sujeitas a multa moratória de 2% (dois porcento), juros de mora de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor respectivo e correção monetária com base na variação do INPC.

PARÁGRAFO QUARTO: A empresa que não recolher a contribuição referente a esta cláusula, estará sujeita as penalidades previstas em Lei e nesta CCT.

PARÁGRAFO QUINTO: Fica assegurado as empresas o direito de oposição a contribuição negocial, que deverá ser apresentada pelo sócio administrador, diretamente na sede do sindicato ou mediante envio de carta com aviso de recebimento, no prazo de 60 dias após o registro e divulgação do registro no Ministério do Trabalho da Convenção Coletiva de Trabalho. O Sindicato recepcionará as correspondências de oposição e responderá às empresas para que fiquem cientes das restrições que essa medida acarreta.

PARÁGRAFO SEXTO: É vedado aos prepostos ou contadores a adoção de qualquer procedimento que venha induzir os empresários(as) a apresentarem cartas de oposição ou elaborarem modelos a serem copiados, sob pena de enquadramento em atitude anti-sindical vedada e passível de aplicação de multa pelo MPT – Ministério Público do Trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL/ TAXA ASSISTENCIAL DOS TRABALHADORES

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/07/2024 a 30/06/2025

Conforme decisão do STF no tema nº 935 de outubro de 2023 e da decisão em Assembleia Geral Extraordinária da categoria profissional comerciária, realizada no dia 13/05/2024 para a qual todos os integrantes foram legalmente convocados, inclusive para manifestar oposição, haverá taxa de **CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL/NEGOCIAL, a ser descontada no mês de novembro/2024 e recolhida até o dia 10/12/2024**.

Assim, será **parcela ÚNICA, de 6 % (SEIS POR CENTO)**, descontado sobre a remuneração “per capita” de cada trabalhador no mês de **NOVEMBRO/2024**, excluindo-se as diferenças salariais havidas a partir do mês de julho de 2024, sendo, que o valor do desconto não poderá exceder R\$ 130,00 (cento e trinta reais) por empregado .

A presente parcela única refere-se **NEGOCIAÇÃO DA CCT 2024/2025 devendo ser recolhida até dia 10/12/2025**, por boleto bancário liberado em nosso site: www.siecap.com.br , ou link para impressão do boleto para crédito na conta nº 837-7, caixa econômica federal, agencia de Apucarana, através de boleto de

cobrança, fornecido pela entidade sindical dos trabalhadores, pagável em qualquer agência bancária até o vencimento.

ESCRITÓRIO, MANTENHAM SEUS E-MAILS ATUALIZADOS JUNTO AO SINDICATO.

Parágrafo primeiro. A reversão salarial, de todos os integrantes da categoria, em favor do Sindicato dos Empregados no Comércio de Apucarana – SIECAP, independentemente de filiação ou não a este Sindicato.

Parágrafo segundo. O empregado que já teve descontada a contribuição assistencial, em favor do Sindicato dos Empregados no Comércio de Apucarana – SIECAP, no período de vigência do presente instrumento, ficará isento de novo desconto, devendo a empresa comprovar tal situação perante a tesouraria da Entidade Sindical, no prazo máximo de 05 (cinco) dias antes do vencimento da obrigação. Nos casos em que não tenha havido o recolhimento da reversão salarial por ocasião do pagamento das verbas rescisórias, face o atraso no fechamento da Convenção/Acordo, a reversão salarial deverá ser recolhida no ato do pagamento do complemento da rescisão, observando-se a base remuneratória do empregado e as disposições contidas na presente cláusula.

Parágrafo terceiro. Faculta se aos empregados a oposição ao desconto em folha de pagamento da CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL de reversão salarial, a qual necessariamente dar-se-á no prazo de 30 (trinta) dias contados do registro no SISTEMA MEDIADOR oposição dar-se-á individualmente mediante apresentação, pelo empregado opositor, de carta de oposição em duas vias devidamente assinada, diretamente na sede do SIECAP, da qual deverá constar necessariamente o nome completo do empregado, o número de inscrição no PIS, a razão social do empregador, o número de inscrição no CNPJ/MF e o endereço deste. A oposição poderá também ser enviada por meio postal desde que igualmente assinada, com firma reconhecida e AR aviso de recebimento discriminando o conteúdo da correspondência, considerando se a data da postagem como sendo da apresentação da oposição.

Parágrafo quarto. O desconto da verba ora prevista se faz no estrito interesse da categoria profissional e se destina a financiar a atividade sindical desenvolvida pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Apucarana– SIECAP, principalmente as atividades voltadas para a assistência aos membros da categoria E VIABILIZAÇÃO DAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS.

Parágrafo quinto. As empresas se responsabilizam por efetuar o desconto acima especificado observando a legislação vigente.

Disposições Gerais

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - BASE TERRITORIAL

Esta Convenção Coletiva de Trabalho estende-se as cidades de : Borrazópolis, Cruzmaltina, Faxinal, Jandaia do Sul e Mauá da Serra, todas no Estado do Paraná.

Outras Disposições

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - RENEGOCIAÇÃO

Na hipótese de alterações na legislação salarial em vigor, ou alteração substancial de condições de trabalho e salário, as partes se reunirão para examinar seus efeitos, para a adoção de medidas que julgarem necessárias com relação econômica, facultando-se o Dissídio Coletivo no caso de insucesso da negociação.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - CALENDÁRIOS/ CONDIÇÕES

VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/07/2024 a 30/06/2025

Fica convencionado que as empresas poderão estender a jornada de trabalho de seus funcionários de acordo com calendário especial abaixo, observando que, as horas trabalhadas além do horário normal (44h semanais), não poderão ser compensadas, e podendo **ser somente pagas com adicional os adicionais discriminadas neste instrumento coletivo (clausula 13ª)**.

DATAS ESPECIAIS MÊS/ANO 23/24	DIAS	HORÁRIOS/OBS
Julho/2024	13 (sábado)	Dás 09:00 ás 17:00 hora
Agosto/2024	03-10 (sábados)	Dás 09:00 ás 17:00 horas
Setembro/2024	14 (sábado)	Dás 09:00 ás 17:00 horas
Outubro/2024	05 (sábado)	Dás 09:00 ás 17:00 horas
Novembro/2024	09 (sábado)	Dás 09:00 ás 17:00 horas
Dezembro/2024	07-14 -21 (sábados) De 11 a 23 seg. a sex. 22 (domingo) Dia 24 (véspera de Natal terça- feira) 25 Natal - fechado Dia 26 quinta- feira	Dás 09:00 ás 17:00 horass Dás 09:00 ás 22:00 horas Dás 09:00 ás 17:00 horass Dás 09:00 às 15:00 horas Dás 12:00 às 18:00 horas
Janeiro/2025	02 terça-feira 11(sábado)	Fechado (comp. 14/12/24) Dás 09:00 ás 17:00 horas
Fevereiro/2025	08 (sábado)	Dás 09:00 ás 17:00 horas
Março/2025	03(segunda-feira) 04 (terça-feira) 05 (quinta-feira) 08 (sábado)	FECHADO FECHADO APÓS ÀS 13:00H Dás 09:00 às 17:00 horas
Abril/2025	12-19 (sábados)	Dás 09:00 ás 17:00 horas

Maio/2025	03-10 (sábados)	Dás 09:00 ás 17:00 horas
Junho/2025	07-14 (sábados)	Dás 09:00 ás 17:00 horas

TERMOS VINCULADOS AO CALENDÁRIO:

A) O DIA 22/12/2024 (DOMINGO), SERÁ COMPENSADO PELA TERÇA-FEIRA DE CARNAVAL (04/03/2025).

A.1) OS SÁBADOS DE DEZEMBRO DIAS 07 E 21, ATÉ AS 17:00 HORAS, SERÁ COMPENSADO PELO DIA 03/03/2025 (SEGUNDA-FEIRA).

A.2) O dia 14/12 (Feriado Municipal de Jandaia do Sul e Faxinal) será compensado pela segunda-feira dia 02/01/2025 - De acordo com Lei nº 2.683, de 25 de novembro de 2013.

A.3) O comércio retomará suas atividades normais no dia 03/01/2.025.

A.4) NÃO HAVERÁ EXPERDIENTE NO COMÉRCIO VAREJISTA NOS DIAS 25/12/2024 E 01/01/2025, NATAL E ANO NOVO RESPECTIVAMENTE.

PARÁGRAFO ÚNICO: TRABALHADOR QUE FOR DESLIGADO DA EMPRESA ANTES DAS COMPENSAÇÕES NOS CASOS ACIMA DEVERÁ RECEBER NO TRCT (TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO), ESTAS HORAS COMO HORAS EXTRAS E COM ADICIONAL DE 100%.

ATENÇÃO: Os sábados não relacionados no calendário acima, a jornada regular será das 08:00 até as 12:00 horas.

}

ANIVALDO RODRIGUES DA SILVA
Presidente
SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE APUCARANA

LUIS CARLOS FAVARIN
Presidente
SINDICATO EMPRESARIAL DO COMERCIO VAREJISTA DE IVAIPORA

ANEXOS
ANEXO I - ATA DA ASSEMBLEIA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.